

Representações sociais de violência conjugal**

É muito desagradável para uma mulher sentir-se rebocada, atrelada, na cauda da imaginação, sem poder planear, sem realizar nada, a mulher sente-se na gaiola, quer sair, quer ser ela a dirigir, mesmo que essa maneira de ser seja comum, quer em comum mandar, quer combinar, não se quer sentir sempre arrastada, resolvida.

RUBEN A.

A PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

A família é hoje idealizada como um lugar seguro, como fonte de carinho, protecção e bem-estar, ocupando, na vida dos indivíduos, um lugar considerado de extrema importância na procura da felicidade pessoal (A. N. Almeida e Wall, 1995, p. 44; J. F. de Almeida, 1994, p. 110; Giddens, 1989, p. 181). A família é entendida como um espaço em que os seus diversos elementos podem encontrar a compreensão e ajuda necessárias à manutenção de uma vida emocional e afectiva estável.

De acordo com François de Singly (1996, pp. 11-16), a família, mais do que nunca, assume uma dimensão identificadora: ocupa um lugar central na

* Docente no ISBB e doutoranda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Procura-se aqui sintetizar alguns dos resultados obtidos no decorrer de um projecto de investigação realizado no âmbito do mestrado em Ciências Sociais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e do qual resultou uma dissertação intitulada *Representações Sociais da Violência Conjugal*, defendida em Dezembro de 1998 e orientada por Ana Nunes de Almeida, a quem agradeço todas as sugestões dadas para a realização deste artigo. Agradeço igualmente à professora Karin Wall a leitura atenta do artigo e todas as suas sugestões.

vida de cada um, uma vez que, ao permitir que o indivíduo se reconheça no(s) outro(s) significativo(s), desenvolvendo as suas capacidades pessoais, abre caminho para a construção de uma «identidade individualizada»¹ — a revelação de si. Não são só as crianças que necessitam do olhar do outro para a construção da sua identidade; também o ser adulto na sua busca constante, sempre inacabada, do eu exige em permanência laços com outros muito próximos. Por isso, diz-nos o autor, «la famille a su se transformer pour assurer, tenter d'assurer, cette fonction centrale de production identitaire. Par sa propre histoire elle peut le faire parce qu'elle dispose d'un mode de fonctionnement — l'amour — qui présuppose (dans l'idéal), la gratuité et l'inconditionnalité» (Singly, 1996, p.14).

No entanto, de forma paradoxal, embora a família seja representada como um local de estabilidade, afeição, pólo de construção de uma identidade e de uma revelação de si, e ainda entendida como «refúgio» contra as pressões sociais a que os indivíduos estão sujeitos, vários estudos parecem apontar a instituição familiar como sendo também, surpreendentemente, uma das mais violentas: afectividade e violência podem coexistir no seio das relações familiares, nomeadamente na relação conjugal. Nos Estados Unidos da América e nas sociedades ocidentais, de um modo geral, admite-se ser mais provável o indivíduo² ser violentado (espancado, esbofeteado, fisicamente agredido) no próprio lar por algum membro da família do que na rua (Chesnais, 1981, pp. 103-104, e 1992, pp. 222-223; Gelles, 1995, p. 450; Gelles e Cornell, 1990, p. 11). A título ilustrativo, pode referir-se, citando Anthony Giddens, que «one in four murders in the UK is committed by one family member against another» (1989, p. 408).

Quanto a Portugal, num estudo elaborado recentemente sobre a violência contra as mulheres surgem dados que apontam num sentido idêntico, ou seja, de que «a casa é, de todos os espaços, aquele onde ocorre mais violência contra as mulheres» (Lourenço *et al.*, 1997, p. 71). Existem também estudos que indicam que, em Portugal, 40% dos homicídios são cometidos no âmbito das relações de parentesco (Pais, 1996, p. 9).

Embora a violência familiar sempre tenha existido, ela é hoje mais debatida e denunciada, o que certamente contribui para o aumento da sua visibilidade. Contudo, este facto pode não querer significar, necessariamente, o seu aumento real, antes constituir-se apenas como o reflexo de uma maior

¹ Segundo Charles Taylor, cit. por François de Singly, este conceito de «identidade individualizada» prende-se com uma «nouvelle forme d'introversion dans laquelle nous venons à nous penser nous-même comme êtres dotés de profondeurs intérieures» (Singly, 1996, p. 12).

² Quando dizemos indivíduo queremos referir com grande probabilidade, e na maioria dos casos, crianças e mulheres (J. F. de Almeida, 1994, p. 115; Comissão da Condição Feminina, 1982, p. 43; Giddens, 1989, pp. 181 e 408).

sensibilidade para o problema (Fatela, 1989, p. 14). O facto de existir actualmente uma consciência mais alargada dos direitos humanos e uma maior exigência de igualdade de direitos e de liberdades entre mulheres e homens talvez tenha contribuído para fazer emergir o reconhecimento da violência. Na verdade, actos que antigamente eram percebidos como não violentos passaram a sê-lo nos nossos dias. Os indivíduos, e de um modo geral as sociedades democráticas, parecem ter vindo a caminhar no sentido da reivindicação e da exigência de respeito pelos direitos humanos.

Em Portugal, até há uma década escasseava «evidência empírica credivelmente constituída e de carácter extensivo a respeito do domínio familiar, em particular no plano das representações sociais» (J. F. de Almeida, 1990, p. 95). Apesar do aumento significativo dos estudos desenvolvidos no âmbito da sociologia da família, actualmente, julgamos continuar a ser credível afirmar que, no que respeita especificamente às representações sociais da violência conjugal, continua a verificar-se uma lacuna, já que são muito poucos os trabalhos de índole científica publicados a este respeito.

Por esta razão, e também pelo que alguns autores interessados na problemática da violência doméstica/conjugal têm vindo a sugerir (Silva, 1989, p. 183), partimos do princípio, na pesquisa efectuada, de que não é só o acto de violência em si que está em causa, são também os indivíduos que o vivem, os papéis que desempenham e o significado que atribuem a esses actos de violência.

Assim, o nosso objectivo é estudar as representações sociais da violência conjugal que elaboram mulheres pertencentes a diferentes meios sociais. Partimos da hipótese geral de que a representação destas mulheres será diferente consoante a sua pertença social, embora não saibamos em que sentido e de que modo pode variar — é isso que, com a nossa investigação, nos propomos desvendar.

Como ponto de partida teremos em consideração as definições de representação social apresentadas por Denise Jodelet e Serge Moscovici, particularmente a ideia de que uma representação social poderá ser entendida como «uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social» (Jodelet, *apud* Vala, e Monteiro, 1993, p. 354).

A violência familiar é um fenómeno de natureza complexa, tornando-se, por isso, de difícil abordagem. A complexidade manifesta-se a vários níveis, começando pela própria definição de violência, que varia segundo as épocas e os autores. No nosso trabalho não propomos *a priori* qualquer definição de violência, deixando que sejam as mulheres entrevistadas a revelar o significado deste conceito. Tornamos claro que o nosso intuito é o de percebermos qual a sua interpretação de determinados processos, atitudes ou situações no âmbito das relações conjugais que, no seu entender, podem designar-se ou não como violentos.

A nossa abordagem à questão da violência conjugal situa-se no âmbito da sociologia da família, e não sob a perspectiva dos estudos do género que julgamos ser a mais explorada. Assim, colocamos o problema da violência ao nível da família, tendo em consideração os modelos de conjugalidade vivenciados pelas entrevistadas, focando a atenção sobre a dinâmica da unidade familiar e recorrendo a noções como «relações violentas» ou «violência no casal», em detrimento das expressões «abuso da mulher» ou «mulher violentada». Não é nossa intenção abordar especificamente a problemática da mulher vítima de violência conjugal nem descrever o grau, a extensão e a dinâmica dessa violência, oferecer explicações para a sua ocorrência, elaborar teorias sobre a psicologia da mulher agredida, nem tão-pouco apontar perspectivas políticas sobre a relação entre violência e dominação masculina sobre a mulher. Essa é a abordagem que caracteriza os estudos do género que, tratando da problemática da violência conjugal, partem da premissa de que a violência praticada contra as mulheres é uma expressão e um mecanismo de opressão institucional exercida sobre elas.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS DE ANÁLISE

Optou-se pela realização de entrevistas semidirectivas e em profundidade, uma vez que se trata de um meio adequado para desvendar e procurar perceber os sistemas de normas, de valores e de representações sociais dos indivíduos. As entrevistas foram efectuadas a um grupo de 30 mulheres residentes em meio urbano, casadas ou vivendo uma relação conjugal, com filhos pequenos e pertencendo a meios sociais distintos.

As mulheres que constituem a nossa amostra eram-nos desconhecidas. Ignorávamos, assim, completamente e de forma expressa, o seu modo de relacionamento conjugal, ou seja, não sabíamos, à partida, se se tratava de mulheres com ou sem experiência de sofrerem, ou praticarem, violência conjugal. Entrevistámos um grupo de 14 mulheres oriundas de um meio que considerámos privilegiado (profissões liberais/quadros superiores), um grupo de 9 mulheres de um meio intermédio (empregadas/quadros médios) e outro grupo de 7 mulheres pertencentes a uma franja social claramente desfavorecida (operárias/domésticas/profissões pouco qualificadas)³.

No sentido de obtermos uma maior diversidade de respostas e de elementos que nos permitissem abordar as várias dimensões do nosso objecto de estudo, procedemos à elaboração de um guião estruturado, mas não muito rígido. Assim, inicialmente, procedemos à caracterização social das entrevistadas e,

³ Foram tomados como indicadores de pertença social a profissão e o capital escolar. Este critério de constituição da amostra decorre da hipótese geral que norteia a investigação, a saber, que a representação da violência conjugal varia consoante a pertença social.

seguidamente, tendo presente que um dos principais objectivos do trabalho é o de perceber qual o sentido que as mulheres dão à violência conjugal, achámos adequado propor que nos sugerissem uma definição de violência conjugal. O enunciado da primeira questão formulada no guião («O que é que pode ser para si a violência conjugal?») foi idêntico para todas as entrevistadas, tendo por base a ideia de que «as diferenças de compreensão do inquirido [e as respostas por ele elaboradas] constituem uma informação que pode fazer progredir a investigação de uma maneira útil» (Albarello *et al.*, 1997, p. 112).

Ainda na formulação do guião, elaborámos um conjunto de questões que procuravam sondar a opinião das entrevistadas em torno das possíveis causas da violência conjugal, do modo como esta se pratica, dos seus objectivos e também das suas consequências. O interesse centrou-se, deste modo, na procura de novas dimensões de análise directamente relacionadas com a problemática da violência conjugal.

A representação social a propósito da violência conjugal, admitimos nós, não estará, por hipótese, dissociada da forma como as mulheres encaram o namoro, o amor, o casamento, ou a relação conjugal, e também o nascimento dos filhos. Por essa razão, tentámos, na preparação do guião, e posteriormente na realização das entrevistas, questionar as mulheres acerca dessas dimensões da conjugalidade.

Tratando-se de um trabalho exploratório, cujo propósito é o de pôr a descoberto novas pistas de investigação, procedemos à análise sistemática e comparativa das entrevistas. Mais do que partir com hipóteses fortemente estruturadas, o nosso intuito é o de «explorar o terreno», analisando de forma sistemática os discursos, procedendo à sua comparação e interpretação, e, se possível, problematizar, de forma fundamentada, algumas das questões mais relevantes partindo dos resultados obtidos.

Para este fim foi escolhida a técnica de análise temática de conteúdo, que «consiste em descobrir ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido» (Bardin, 1995, p. 105).

Importa sublinhar que se presta, no que diz respeito à análise interpretativa das entrevistas, a máxima atenção aos elementos que dela ressaltam. Não só às frases pequenas, ou aparentemente sem significado, uma vez que «les phrases banales peuvent dire beaucoup quand on parvient à les faire parler» (Kaufmann, 1996, p. 43), como também a elementos não verbais, como sejam os silêncios longos, os olhares, as posturas corporais, as entoações, os acentos expressivos, as mímicas (Bernstein, 1975, p. 70), as expressões faciais, o choro ou as variações no tom de voz. Todos estes elementos, manifestando-se de forma mais ou menos explícita, podem esconder um significado que cabe ao investigador desvendar.

RESULTADOS — AS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Partindo do princípio de que as representações sociais podem ser definidas como «imagens que condensam um conjunto de significados» (Jodelet, 1984, p. 360; Moscovici, 1988, pp. 211-250), é precisamente sobre estes significados, ou seja, sobre aquilo que as entrevistadas consideram ser, entre outros aspectos, as condições, os objectivos e os protagonistas da violência conjugal, que centramos a nossa atenção. Tentamos ainda compreender de que modo essa representação do que é ou não julgado como violento varia com o modo como também o casamento ou a união conjugal são percebidos, ou seja, com os valores que lhes são actualmente atribuídos.

A análise preliminar das entrevistas revela que o grupo das mulheres do meio social privilegiado é muito unânime na sua representação da violência conjugal, o mesmo acontecendo com o grupo das mulheres da franja social desfavorecida. No entanto, o grupo de mulheres que definimos como intermédio não se revela um grupo coeso no que concerne à representação da violência conjugal. Neste conjunto de entrevistadas, as representações da violência conjugal variam de forma muito marcada consoante o nível de escolaridade e a profissão das entrevistadas⁴. Significativo é o facto de que, quanto mais baixo ou mais elevado é o nível de escolaridade destas mulheres⁵, mais as suas representações se aproximam, respectivamente, das do grupo de mulheres desfavorecidas ou das do grupo das privilegiadas.

Assim, ao contrário do que inicialmente nos propusemos — comparar as representações da violência conjugal de três grupos sociais diversos —, a realidade dos dados obtidos obrigou-nos a reorientarmos a nossa investigação no sentido de compararmos aquelas que se revelam ser, notoriamente, as duas maneiras mais distintas de representar a violência conjugal que são, simultaneamente, características dos dois meios sociais mais extremados. As representações das mulheres da franja social intermédia ficam, assim, integradas na descrição e na interpretação das representações do grupo das desfavorecidas ou das privilegiadas, de acordo com a proximidade revelada em relação a cada grupo.

Uma leitura atenta das entrevistas mostra que só é possível obter um conhecimento claro do modo como a violência conjugal é entendida se tivermos em consideração os diversos aspectos que contribuem para estabelecer as

⁴ Trata-se de um «grupo» apenas na medida em que reúne os indicadores por nós previamente estabelecidos (escolaridade e profissão), mas não podemos considerá-lo como tal se tivermos em consideração as representações de violência conjugal das entrevistadas que o integram.

⁵ O nível de escolaridade deste conjunto de nove entrevistadas varia entre o 5.º ano e o 12.º ano.

suas características e delinear os seus contornos. Estes aspectos, os já mencionados «núcleos de sentido», são, no fundo, os temas que, recorrentemente, surgem no decorrer das entrevistas e que podem, por essa razão, ser considerados os elementos, ou as dimensões, que sustentam a representação da violência conjugal.

Assim, perceber qual é a representação da violência conjugal que elaboram as entrevistadas passa, antes de mais, por desvendar a definição primeira que dão do conceito. Trata-se de uma definição sumária apresentada um pouco ainda «a frio», resultado dos condicionalismos inerentes ao início da conversação, em que não sabem se as questões farão «perigar» a sua intimidade, mas nem por isso menos interessante e merecedora de análise. Posteriormente, à medida que a sua postura demasiado expectante e reservada vai dando lugar a uma maior desinibição, permitindo levantar o véu sobre algumas questões, podemos através dos discursos mais fluentes, consubstanciar qual a sua representação da violência quando identificam as causas que estão na sua origem, reconhecem as condições em que surge e, por outro lado, também explicam os objectivos com que julgam que ela pode ser praticada. Para que a imagem fique o mais completa possível, interessa-nos ainda averiguar quem são, no seu entender, os protagonistas da violência conjugal, se as formas de violência que exercem são idênticas e, por último, quais as consequências que julgam poderem advir do exercício dessa violência.

NEM SEMPRE O QUE PARECE É. UMA PRIMEIRA DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Como resposta às questões iniciais por nós sugeridas — O que é que pode ser, para si, a violência conjugal? Como a definiria? —, as entrevistadas do meio social desfavorecido referem que a violência conjugal é uma «falta de respeito»⁶ que se pode manifestar através do exercício de uma violência física e/ou de uma violência «por palavras» — violência verbal — praticada(s) pelo homem sobre a mulher. Esta ideia de que quem é violento e quem pratica a violência é o homem persiste, vincadamente, nos seus discursos ao longo de toda a entrevista.

No início da conversa, na tal definição dada ainda «a frio» do que pode ser a violência conjugal, estas entrevistadas procuram deixar transparecer a ideia de que a violência verbal pode ser muito mais grave ou marcante do que a violência física. Como diz Alice, 36 anos, telefonista, «às vezes há palavras que são mais violentas do que... pronto, levar uma chapada, não

⁶ Para evitar a transcrição na íntegra de alguns excertos das entrevistas optou-se, na redacção deste artigo, por colocar entre aspas as palavras usadas pelas entrevistadas ou breves frases retiradas dos seus discursos.

é?», ou Rosa, empregada de balcão, «uma má palavra é bem pior do que um valente empurrão!». Porém, esta ideia desvanece-se pouco a pouco, surgindo antes a dimensão da violência física como aquela que mais negativamente pode marcar a vivência a dois.

Embora alertadas para o facto de estar o nosso objectivo centrado no âmbito das representações sociais da violência conjugal, as mulheres deste meio social iniciam a conversa descrevendo literalmente o seu dia a dia: o discurso é quase sempre, assumidamente, na primeira pessoa. «Eu tenho um problema: o meu marido bebe muito, e às vezes chega a casa, implica com os miúdos e comigo, às vezes sem razão, sem porquê... [...] Ontem passou-se uma coisa, a miúda passou pelo pai, quando ele veio do trabalho, mas nem reparou nele... e ele alterou-se... ela ia dar-lhe um beijo e... [...] tenho muitas vezes de... (as minhas colegas sabem), eu saio de casa... sou mesmo obrigada, para não haver problemas maiores», conta, suspirando, Olga, auxiliar de acção educativa. É a partir do exemplo concreto das suas vidas, da confissão dorida e da narração sincera e emocionada de episódios dramáticos vivenciados que elaboram uma primeira definição do que é a violência conjugal⁷.

No que diz respeito às entrevistadas da franja social privilegiada, importa notar que, apesar de os discursos terem decorrido num tom morno ou mesmo neutro, a sua capacidade de verbalização possibilita-lhes oferecerem logo no início da conversa uma definição de violência conjugal muito mais vasta. Para além de mencionarem a violência física e a violência verbal, a maioria das entrevistadas refere-se à violência conjugal como podendo ser de ordem física e/ou, principalmente, psicológica. Assim, usando as palavras de Carlota, professora universitária, solteira e vivendo em coabitação: «Há a violência física e há a violência psicológica. A violência física é tão óbvia que quase não precisa de se definir, a violência psicológica... é mais difícil... porque teria que pensar quais são os limites... (*Silêncio.*) Não respeitar a outra pessoa, quer dizer, não respeitar a individualidade da outra pessoa... os limites da outra pessoa...», ou, como diz Filipa, professora de Filosofia, «pressionar e amesquinhar a mulher em sítios públicos, ou seja onde for... obrigá-la a agir contra sua vontade».

Dois aspectos fundamentais contribuem para distanciar as definições de violência conjugal das entrevistadas em estudo: em primeiro lugar, o facto de as mulheres de um meio social privilegiado mencionarem como uma das formas de violência conjugal a violência sexual: a «violação no casamento», as «relações sexuais forçadas», o «obrigar a mulher a fazer coisas sem ela

⁷ A metodologia que seguimos conduziu a que, neste caso, as entrevistadas realizassem uma espécie de «auto-análise» da sua situação conjugal confessando-se vítimas de violência conjugal (Kaufmann, 1996, p. 69).

querer...», como comentam Filipa e Madalena, advogada há cinco anos, e, por outro lado, também o facto de se debruçarem de forma mais demorada sobre o que consideram ser a violência psicológica: as «outras violências», ou a «falta de respeito», como lhe chama Ilda — formas de violência «difíceis de definir» ou de objectivar, formas de violência que podem, por exemplo, ter a ver com determinadas «expressões corporais», com «gestos», com «olhares», com o «desrespeito pela privacidade», como nota de forma decidida Paula, mãe de um filho com 2 anos e licenciada em Engenharia Química, com o facto de «recaírem sobre a mulher, quase sempre, as obrigações caseiras», o «ser ele a controlar o dinheiro», como aponta Sandra, a «indiferença», o «desprezo», a «falta de comunicação» e até o «silêncio», como adiantam Zélia, gestora de uma empresa, e a enfermeira Benedita.

Através de inúmeros exemplos gerais — factos que, aparentemente, como procuram sublinhar, nunca se passaram consigo⁸ —, as entrevistadas com o grau de escolaridade mais elevado vão assim ilustrando, desde o início da entrevista, de que forma se pode manifestar a violência no casal.

Importa mencionar ainda que para estas mulheres parece não haver um consenso generalizado de que seja o homem o principal ou o único responsável pela prática da violência conjugal. Distingue-se um grupo de entrevistadas que considera ser a violência conjugal, principalmente a física, maioritariamente exercida pelo homem sobre a mulher. Mas reconhecemos, igualmente, um outro conjunto, mais vasto, que, não especificando o sujeito perpetrador da violência conjugal, falando das «pessoas» em geral, da reciprocidade da violência entre cônjuges, deixa subentender que a violência conjugal, especialmente a violência psicológica, poderá partir tanto do indivíduo masculino como do feminino.

DEPOIS DO GELO QUEBRADO, AS OUTRAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Perceber qual é, para as inquiridas, a representação de violência conjugal implica, para além de reconhecer uma primeira definição que dela dão,

⁸ É notória a forma como se procuram desvincular da problemática da violência conjugal — muito raramente o discurso é feito na primeira pessoa do singular ou as histórias são contadas como acontecimentos assumidamente pessoais. Talvez porque, como explica Filipa, 37 anos, um bacharelato, casada, um filho com 5 anos: «Em questão de classe média e média-alta, elas aí encobrem, podem querer encobrir, porque é a vergonha... da sociedade que as rodeia saber... elas encobrem muito [...] A partir do momento em que a mulher tem uma certa cultura, seja, por exemplo, licenciada ou tenha o bacharelato, que saiba, por exemplo, que é espancada pelo marido, aquilo deve-lhe ser tão humilhante que para falar com outros deve ser difícil...» Contudo, apercebemo-nos, através dos seus discursos e dos exemplos que vão enunciando, como implicitamente poderão estar a referir-se às próprias vivências pessoais...

descodificar essa mesma definição, ou seja, tentar desvendar a noção mais vasta que têm da violência conjugal, as suas várias dimensões, determinando a extensão ou os limites do conceito que vão sendo definidos no decorrer da entrevista, através da análise dos discursos, que acabam por se ir tornando mais soltos, naturais e, conseqüentemente, mais ricos.

Tanto as entrevistadas de um meio social desfavorecido como as de uma franja social privilegiada reconhecem diferentes formas de violência conjugal. Porém, enquanto as primeiras, visivelmente, no seu discurso, apesar de inicialmente afirmarem o contrário, acabam por dar um relevo maior à violência física (com a qual confessam ter grande familiaridade⁹), as outras debruçam-se, maioritariamente, sobre questões relacionadas com a violência psicológica, económica, verbal e sexual.

O primeiro aspecto que gostaríamos de salientar quanto à noção de violência conjugal urdida pelas mulheres do meio social mais desfavorecido prende-se com o relevo que dão, por um lado, à violência verbal (ou àquilo a que chamam violência verbal) e, por outro lado, à violência física. Como descreve Armada, auxiliar de serviços técnicos com 41 anos de idade, «uma bofetada dói uma vez e passa, enquanto estar a ouvir todos os dias umas certas e determinadas palavras vai aleijar muito mais do que a própria porrada!». Este «ouvir determinadas palavras» é aquilo a que chamam violência verbal. Contudo, cremos que, apesar de ser esta a designação usada para descreverem um determinado tipo de agressão, estas mulheres estarão mais a pensar noutras formas de violência conjugal: formas de violência que, embora exercidas através da oralidade, são antes formas de violência psicológica¹⁰. Por uma questão de delimitação e definição dos conceitos, parecemos importante esclarecer que, para nós, a violência verbal refere-se exclusivamente ou caracteriza-se essencialmente pelo modo de comunicar do agressor. Ora, quando as entrevistadas deste meio social mais desfavorecido nos ilustram o que é para elas a violência verbal, não estão implicitamente a referir-se ao modo de comunicar do agressor (falar num tom irónico, elevado ou agressivo), mas antes ao conteúdo dessa violência — do que está implícito nela e é expresso através da oralidade: ameaças, insinuações, críticas não fundamentadas, humilhações.

A sua noção de violência conjugal remete para formas de abuso que poderíamos considerar como violência psicológica que se constitui como um dos patamares, ou um dos ingredientes, daquela que será a agressão subse-

⁹ Este grupo de mulheres, sem excepção, acabou por mencionar cenas e pormenores de violência doméstica, nomeadamente de violência física, que dizem respeito, se não à sua vida particular, pelo menos, à vida de familiares próximos, de amigos ou vizinhos

¹⁰ Julgamos oportuno frisar que nenhuma das entrevistadas deste meio social alguma vez refere ou utiliza a expressão «violência psicológica», o que não quer dizer que não a sintam... apenas lhe chamam violência verbal.

quente — a física — e que é, sem dúvida, a dimensão que alcança uma maior visibilidade nos seus discursos. Poderíamos mesmo afirmar que para elas «la violence, c'est les coups» (Welzer-Lang, 1996, p. 201).

Como nos contam Sónia, empregada de balcão, Arminda, empregada doméstica, e Susana, funcionária que trabalha na caixa de um talho, ser fisicamente violentada significa ter de suportar uma série de agressões corporais, usualmente antecedidas por formas de violência verbais ou psicológicas que culminam nos «maus tratos» ou no ser «mal tratada», mais especificamente, ser «batida», «levar uma chapada», «levar na cara», «levar um estalo», uma «bofetada», uma «tarefa», «apanhar», ou, ainda de forma mais concreta e incisiva, «sofrer porrada», resumindo, numa palavra, como comenta Cecília, num tom de voz meio apagado, ser «massacrada...».

Agredir fisicamente implica, assim, como notam estas entrevistadas, marcar de alguma forma o corpo da mulher directamente — batendo com as mãos e os punhos ou pontapeando — e/ou indirectamente — através do uso de algum utensílio (paus, facas ou outros objectos) —, podendo culminar este abuso na forma extrema de violência irreversível que é o homicídio.

Apesar de ser a violência física que surge sobre-representada nos relatos das entrevistadas pertencentes à franja social mais carenciada, não significa que não percepcionem outras formas de violência: «aquela violência quotidiana» ou «subtil», no dizer de Sónia, nomeadamente (mesmo que não designada desta forma) a violência psicológica, caracterizada por acções ou atitudes que colocam em causa a sua integridade física ou mental: a sua auto-estima, a sua confiança, a sua própria identidade pessoal (Welzer-Lang, 1992, p. 29). Ou seja, o «implicar por tudo e por nada», «estar sempre a criticar», «fazer birras», «insinuar que a mulher tem um amante», «ser infiel», ou, como ilustra ainda Sofia, «isolar [socialmente] a mulher do relacionamento com amigos, vizinhos e familiares, fechando-a à chave dentro de casa com as janelas pregadas com madeira», provocando-lhe instabilidade, angústia, medo, pânico, nalguns casos mesmo terror — a violência que gera um autêntico «inferno relacional» (Welzer-Lang, 1996, p. 42).

Não menos traumatizante e igualmente percepcionado surge o abuso sexual. «Um acto sexual forçado... é uma violência... violência conjugal pode ser violação... violação mesmo!», diz, com ar indignado, Francisca, 35 anos, um filho, secretária com o 7.º ano de escolaridade. Embora não seja abertamente confessado ou demasiado denunciado pelas mulheres deste meio social, não deixa de ser, ao contrário do que alguns investigadores parecem querer sugerir, percepcionado como uma das formas de violência conjugal.

Ao invés do que sucede com as mulheres da franja social desfavorecida, as entrevistadas do meio mais privilegiado deixam-nos antever que a sua representação social do que é a violência conjugal, nas mais diversas dimensões, é arquitectada através de um discurso racional e uma procura de de-

marcação em relação ao problema. Julgamos, contudo, ser possível distinguir dois tipos de discurso: por um lado, um sustentado em respostas rápidas, de senso comum, frases feitas e desfiar de mitos que vão prevalecendo acerca da violência no casal (discurso estereotipado), que traduz, portanto, a representação daquilo que algumas consideram ser a violência que sofrem as mulheres, como referem, das «classes mais baixas», e, por outro lado, um discurso que emerge como uma exposição séria e aprofundada de ideias próprias sobre a questão da violência conjugal. Ou seja, a representação que as mulheres da franja social privilegiada fazem do que pode ser, para elas, a violência conjugal¹¹. É sobre este discurso que recai a nossa maior atenção.

A dimensão da violência física, ocupando um lugar tão reduzido, quando não mesmo de todo ausente, em pouco contribui para consubstanciar a sua noção de violência conjugal. Em termos de representação social, podemos dizer que a violência física é considerada insustentável e liminarmente rejeitada pela totalidade das entrevistadas.

Diversa é também a maneira como descrevem a violência verbal — o modo como o/a agressor/a comunica: «levantar a voz» ou «falar mais alto para fazer prevalecer uma opinião», usar um «tom afirmativo» e/ou «palavras duras, berros ou gritos». Detentoras de uma maior capacidade de expressão, fazendo uso de um «código de linguagem elaborado» e de uma «selecção lexical de um nível elevado» que lhes permite a expressão simbólica dos seus raciocínios (Bernstein, 1975, pp. 10, 70 e 72), as mulheres da franja social privilegiada ilustram assim a violência verbal e notam como frequentemente ela se faz acompanhar de «gestos» e «expressões faciais e corporais» (um modo de comunicação não verbal) que identificam já como formas de violência psicológica, destrutiva da «integridade psíquica» do indivíduo (Welzer-Lang, 1996, p. 46).

Nesta dimensão da violência são incluídas atitudes e modos de agir que, como sublinha Madalena, são «difíceis de quantificar». A dimensão da violência psicológica é condensada na ideia geral da «falta de respeito»¹² mencionada por Amélia, 35 anos de idade, e por Inês, psicóloga clínica. Mas, com o decorrer da conversa, percebemos em que é que se consubstancia e como se pode manifestar: «ir contra a vontade do cônjuge», «não o deixar exprimir as

¹¹ Neste tipo de discurso, as entrevistadas ou não fazem referência particular a nenhuma classe social ou deixam perceber que se referem a cenas ou factos que poderiam acontecer no seu meio social.

¹² Faltar ao respeito significa quebrar o «bom entendimento» entre o casal e, nessa medida, as representações das nossas entrevistadas, tanto das mais desfavorecidas como das privilegiadas, parecem ir ao encontro dos dados mencionados no *Relatório da Situação Actual da Família Portuguesa*, em que ao nível das representações, a compreensão, a tolerância e o respeito mútuo, surgem como os factores mais importantes para o bom entendimento do casal (Direcção-Geral da Família, *Relatório da Situação Actual da Família Portuguesa*, 1993, p. 15).

suas opiniões», «controlá-lo», «dominá-lo», ou como ilustra Rosário, 11.º ano, divorciada, com dois filhos, «impedir que use a roupa de que mais gosta», não permitir, ou não «admitir», para usar uma expressão de Raquel, secretária, com 23 anos, que «a pessoa possa livremente decidir para onde vai e com quem deseja estar» e ainda o «exercer chantagem emocional» e recorrer até à «ausência de diálogo» ou ao «silêncio». A violência psicológica pode também manifestar-se de uma forma mais indirecta — a negligência —, não dirigida especificamente contra o outro, mas nem por isso julgada menos perniciosa. Exemplo disso são as atitudes de «indiferença», de «desinteresse», o «ser pouco/a atenciosa/a» ou, simplesmente, como Zélia enuncia, a «falta de motivação em ir com o tempo (re)criando uma relação conjugal rica e afectivamente forte».

De algum modo relacionada com a indiferença ou o desinteresse pode surgir ainda a infidelidade, reconhecida e enquadrada no âmbito da violência psicológica que pode afectar o bom relacionamento conjugal.

Na medida em que as mulheres de um estrato social favorecido reivindicam uma grande autonomia, tendo, em muitos casos, aparentemente, já conseguido conquistá-la, tudo o que possa colocá-la em causa é considerado como agressão. Paula é muito expansiva e clara quanto à ideia: «Uma intromissão, da parte do marido... violenta... uma intromissão muito directa na minha privacidade, nos meus valores, sobretudo nos meus valores, é o que eu considero uma violência [...] uma intromissão, uma violação do meu espaço privado, que acho que tenho e que toda a gente tem, e portanto se isso existir sinto-me agredida! [...] Por exemplo... imagine que... pronto, eu tenho a minha vida particular — tenho a minha vida privada — e tenho a minha vida conjugal, e a minha vida em família com o meu filho, pronto, mas eu sou eu! Mantenho o meu espaço: vou almoçar com quem eu quiser, não admito que o meu marido, por exemplo, a... me pergunte, não é perguntar com quem é que eu fui almoçar... mas que duvide, que ponha em causa, ou que queira saber com quem é que eu fui almoçar por uma questão de controle... isso para mim é uma violência! [...] querer saber onde é que eu fui ou por que é que cheguei mais tarde... não por uma questão de curiosidade, mas porque pode por trás disso haver alguma desconfiança, eu acho que ele me está a agredir!» Também o «não valorizar o trabalho profissional que a mulher, no seu emprego, tenta realizar», diz Amélia, doutorada em Biologia, pode ser considerado uma violência, uma forma de a fragilizar, ou seja, de a desmotivar e de a prejudicar na manutenção da sua autonomia quanto mais não seja financeira.

Ao nível das representações sociais, embora as mulheres do meio social privilegiado refiram que o homem hoje ajuda mais do que antigamente, notam a fraca participação masculina no desempenho das tarefas domésticas, facto que é, de acordo com Leonor, 36 anos, professora universitária, igualmente sentido como uma violência psicológica: «Sub-repticiamente marca a

suposta superioridade de um e a subalternidade do outro, quer dizer, vinca o desequilíbrio entre homem e mulher, deixando que esta trate não só da sua vida, como igualmente da dos filhos e da casa.» Na realidade, estudos recentes confirmam que ao nível das imagens e representações¹³ se verifica uma «forte diferenciação sexual em matéria de tarefas, sendo muito nítida a separação entre as tarefas masculinas e as tarefas femininas [...] [sendo que], em grande parte das tarefas consideradas, as percentagens obtidas para os homens são muito baixas, podendo até obter valores muito próximo de zero em todo um conjunto de tarefas mais ligadas à casa, ou seja, as tarefas domésticas que envolvem a cozinha, a roupa, etc.» (Direcção-Geral da Família, *Relatório da Situação Actual da Família Portuguesa*, 1993, p. 37).

Para estas entrevistadas, o modelo da vivência conjugal é o da partilha no respeito pela autonomia de cada cônjuge. Nesse sentido, o «não caminhar lado a lado», comenta Fátima, casada pela segunda vez, com dois filhos, acaba por ser percebido também como uma violência psicológica: «a violência é a não partilha [...] o companheiro, tanto ele como ela, devem partilhar [...] tudo é dos dois, há um caminho lado a lado na vida e isso não pode ser só um a fazer, têm de ser os dois, há portanto um consenso, uma vida, uma harmonia, uma felicidade de chegar a uma meta final específica lado a lado, não um à frente e o outro atrás! Quando a atitude, quando o caminhar não é lado a lado... a atitude é já por si uma violência!»

A VIOLÊNCIA SURGE PORQUE...

Para as entrevistadas da franja social desfavorecida, o ciúme, o consumo de álcool — «ter mau vinho», é a expressão usada por Francisca —, bem como o de outras drogas, por parte dos homens, são factores invocados para justificar o aparecimento da violência no casal. Não só para justificar mas, possivelmente, como podemos depreender pelos seus discursos, para desculpar os indivíduos que a praticam. Cecília, mãe de seis filhos, uma vida de muito trabalho e grandes sacrifícios, confessa: «Ele praticamente só é violento quando bebe álcool, quando bebe... é que é assim um bocado violento...» Para Eduarda, com 26 anos de idade e o 7.º ano de escolaridade, «quando o homem bebe, deixa de ser a pessoa que é, torna-se a tal pessoa dependente do álcool, torna-se agressivo e... depois, lá está, torna a mostrar uma violência! Aquilo que não é ele! Porque às vezes... porque quando está... quando deixa de estar debaixo

¹³ Não só ao nível das representações, pois é sabido que na prática, segundo dados obtidos num inquérito ao quotidiano das famílias portuguesas constituídas por pai e mãe com filhos até aos 15 anos, «a mulher ocupa mais tempo [do que o respectivo cônjuge] nas tarefas domésticas e a cuidar dos filhos» (Infante, 1989, p. 51). «A participação do pai é particularmente insignificante em tarefas como a preparação das refeições (37%), fazer a cama (28%), lavar a louça (22%), lavar a roupa (2%) ou passá-la a ferro (5%)» (A. N. de Almeida e Wall, 1995, p. 44).

do efeito do álcool, fica outra pessoa e diz... 'Por que é que eu fiz isto? Eu não te queria fazer isto! Eu gosto muito de ti, eu não posso viver sem ti!', prontos, acontecem destas coisas... 'Então e por que é que me fizeste isto?', 'Mas eu não sei porquê...', não sabe porquê? Porque estava debaixo do efeito do álcool e deixa de ser o que é!», e, como acrescenta Arminda, «uma pessoa que não beba e que não fique alcoolizada... isso aí já é mais complicado, é como se não houvesse desculpa.»

Assim, segundo as mesmas, podemos pensar em violência quando esta se exerce com a intenção de magoar o outro e sem qualquer tipo de justificação aparente. Por esta razão, como refere Welzer-Lang, «quand elles pensent que le coup est l'effet du hasard, de la colère légitime, de l'alcool ou de toute autre cause située en dehors de sa volonté manifeste, elles ont tendance à ne pas considérer cet acte comme un coup. 'C'était pas vraiment de la violence, puisqu'il ne l'a pas fait exprès', disent beaucoup de femmes» (1992, p. 84).

Outros factores são igualmente desencadeadores da violência conjugal: o desemprego, o emprego precário, os salários em atraso, a falta de dinheiro ou, de uma forma geral, as más condições financeiras.

A propósito das causas da violência conjugal, importa, contudo, sublinhar que o que sobressai destes relatos emocionados, doridos, é que, em simultâneo e de forma quase paradoxal, mencionam, por um lado, a intenção explícita, propositada, por parte do homem de agredir a sua vítima (a mulher) e, por outro, acreditam que a causa mais provável dessa violência reside na própria natureza humana, ou seja, nas características individuais, melhor ainda, nas características do género masculino. Ao homem são imputados os atributos que o designam como o «mais forte», o «mais determinado», o «mais agressivo», «conquistador» e «impaciente» dos dois sexos. Assim, pode dizer-se que a violência conjugal é entendida como uma espécie de destino inevitável — uma fatalidade — a que estão condenadas e à qual, em último caso, se devem resignar por serem, ao contrário dos homens, e como elas próprias dizem, muito «mais fracas», «tolerantes», «calculistas», «dependentes», «frágeis» e «não tão vigorosas nem expansivas quanto eles».

Na medida em que atribuem naturezas distintas ao homem e à mulher, pode dizer-se que, de certa forma, encaram a violência do homem como natural e, simultaneamente, julgam-no em última instância incapaz de contrariar aquilo que a natureza predestinou. Como nos diz Olga, operária com quatro filhos e casada já por duas vezes, «os homens sentem-se donos e senhores e pensam: quero, posso e mando!». Porém, tanto quanto o facto de os homens se julgarem superiores, é de igual forma o facto de as mulheres muitas vezes se serem passivas e subalternas que facilita o surgimento da violência conjugal: «Si les hommes manquent de respect vis-à-vis des femmes et de respect d'eux-mêmes dans leur relation aux femmes, c'est qu'ils ont la présomption de se croire infiniment supérieurs; quant aux femmes, si elles abandonnent

toute prétention au respect d'elles-mêmes et oublie que les hommes leur doivent le respect général dû à tout être humain, finissant même par cautionner l'ordre établi qui les ravale au rang de jouets, c'est parce qu'un statut d'infériorité leur est conféré, dans un rapport d'inféodation tel que leur 'soi' est dérivé des besoins et du bon plaisir d'autrui» (Le Doeuff, 1993, p. 58).

Quanto às entrevistadas da franja social privilegiada, apesar de também apontarem como causas da violência conjugal o alcoolismo, a droga, os medicamentos, bem como «problemas psicológicos gravíssimos, como frustrações de diversa ordem», não parecem ser estes os aspectos mais relevantes ou preponderantes. O seu discurso acaba por se centrar maioritariamente nos constrangimentos e tensões da vida moderna. Laura, professora do ensino secundário, 33 anos, refere com uma expressão carregada que «o peso das questões profissionais e o facto de se viver numa sociedade extremamente competitiva colocam os indivíduos numa busca incessante da perfeição que, segundo os mesmos, acaba por criar no ser humano um sentimento de angústia e de *stress* que se pode reflectir ou que pode ser canalizado para o lar... onde se acaba por descarregar na pessoa que está mais próxima: o cônjuge!». Talvez assim aconteça na medida em que, por hipótese, como adiantam alguns autores, o lugar da violência reside onde as relações interpessoais ainda não conhecem o lugar da indiferença (Bloom, 1987; Pestieu, 1992, *apud* Lourenço *et al.*, 1997, p. 100).

Como notam estas entrevistadas, o *stress*, o cansaço e os problemas provocados pelas pressões sociais fazem com que a pessoa se revele indisponível para dialogar. Mas o diálogo ou a sua falta podem, por si só, contribuir também para o despontar da violência entre cônjuges. A «falta de comunicação» em geral, o «ir deixando de falar» ou, por vezes, a falta de esclarecimento relativamente a determinadas situações podem conduzir a um desentendimento desnecessário e injustificado. «O essencial é sempre esclarecer o porquê», diz-nos Benedita, 32 anos, mãe de dois filhos, grávida de um terceiro, «porque, se o casal cai no mutismo... a violência acaba por surgir!».

Quando discorrem sobre as possíveis causas da violência conjugal, as mulheres dos meios sociais mais favorecidos destacam de forma recorrente a questão dos filhos. Com o nascimento destes, «as coisas mudam de uma maneira muito radical...». Aparentemente, os filhos causam «grandes constrangimentos» e são sentidos, como nos diz Ilda, com 31 anos, dois filhos e educadora de infância, como «uma prisão», na medida em que «a pessoa aprende depressa a ceder um pouco da sua liberdade, perdendo assim os direitos que anteriormente detinha, perdendo também parte do seu tempo...». Assim, as pessoas acabam por ficar mais susceptíveis, «bastante irritadas por não poderem ir espalhar e às vezes tornam-se violentas!».

O nascimento dos filhos implica fortes mudanças em termos de relacionamento familiar. As entrevistadas referem que, do seu ponto de vista, acaba

por se verificar um afastamento entre os cônjuges. Como enuncia Inês, quase em tom de confissão, «a relação a dois fica um bocadinho adiada... e nesse adiamento, às vezes, podem surgir situações de conflito ou mesmo de violência porque as pessoas não se encontram entre si há muito tempo... e este encontro é um encontro verbal... se as pessoas não se encontram, há mais choque, e porquê? Porque a atenção é canalizada para terceiros.» Como possível causa de conflito que eventualmente pode degenerar em violência conjugal, são apontados os ciúmes por parte do pai em relação ao filho, considerado um terceiro elemento que se interpõe no seio do casal. Na realidade, o período que compreende o nascimento dos filhos e a altura em que estes são ainda pequenos corresponde a uma fase de renegociação entre o casal: «Le rapport social conjugal passe d'une négociation entre deux personnes à une nouvelle situation à trois. L'enfant est ressenti comme appartenant au côté féminin. La violence vient à cette étape renforcer le pouvoir de l'homme sur son épouse et sa descendance. Elle se montre comme un outil de la régulation surgissant pour l'homme, non à un moment de fragilité de sa compagne, mais à une période de fragilisation de la relation conjugale et de son pouvoir à lui» (Welzer-Lang, 1996, p. 150).

Se atendermos pormenorizadamente ao discurso das entrevistadas, verificamos que a causa da violência conjugal reside também no facto de determinadas expectativas não serem cumpridas. Ou seja, estas mulheres transmitem-nos a ideia de que muitas vezes, quando os filhos são ainda pequenos, a violência acaba por despontar no seio do casal porque a presença e o auxílio do marido/pai, idealmente exigidos, não são, na prática, cumpridos. As mulheres deste meio social mencionam a falta de colaboração masculina como uma forma em si de violência conjugal. É que, como verbaliza Maria José, 35 anos e mãe de dois gémeos, «antigamente o homem via a mulher como um objecto que estava ali enquanto ele ia trabalhar... que cuidava dos filhos, da casa, disto e daquilo e hoje em dia já não se passa isso. A mulher também tem a sua independência! O pai tem obrigações perante o filho, actualmente exige-se a colaboração do outro, exige-se o papel de pai!»

A questão da educação dos filhos é evocada como uma das maiores fontes de conflito e de violência entre o casal. Para isso contribui o facto de o marido/pai não assegurar tarefas que lhe são idealmente atribuídas pela mulher e também o facto de, ao contrário do que em tempos passados sucedia, a mulher, actualmente, pelo menos em termos discursivos, demonstrar uma maior autonomia, afirmação e firmeza, querendo, à semelhança do homem, fazer prevalecer a sua vontade e as suas decisões, nomeadamente em relação a tudo o que aos filhos diga respeito.

Embora as mulheres classifiquem os factores individuais, biológicos, genéticos e psicológicos como causas da violência conjugal, a verdade é que acabam, quase sem excepção e distintamente do que acontece em relação às

entrevistadas das franjas sociais desfavorecidas, por dar um maior relevo aos factores sociais. Não crêem que exista uma só causa para a violência conjugal¹⁴. Como procuram explicar, é como se em cada um de nós existisse, para utilizar uma expressão de Paula, um «terreno» mais ou menos propício, onde a agressividade e a violência podem ou não triunfar, de acordo com a «educação ou formação que se venha a ter», «com o meio ambiente em que se cresce», diz Madalena, casada, com uma filha com 2 anos, advogada, ou, como refere Inês, psicóloga, fazendo uso de um termo mais académico, «com a socialização a que se foi sujeito». Ser ou não violento pode, assim, de acordo com a perspectiva de Sandra, 33 anos, com um mestrado em Linguística, depender das normas e dos padrões que são veiculados na família e que passam de geração em geração, como, por exemplo, aqueles que perpetuam a ideia de que «o homem é um ser que não chora, que é forte, agressivo, dominador e poderoso», ao invés da mulher, que revela um perfil de sinal contrário: «ser frágil, dócil, indefeso e submisso». A causa da violência conjugal prende-se de forma directa com a construção social do que é ou deve ser o género masculino e o género feminino, com a «construção social da diferença» (Amâncio, 1994). Como explica David Morgan, «in the origins of the acts themselves as well as the wider frameworks of meaning in which these acts are understood and assessed, everyday constructions of masculinity and femininity are part of the context of understanding» (1996, pp. 76-77).

Mas, no entendimento destas inquiridas, o facto de presentemente haver alterações dos papéis sociais atribuídos ao género masculino e feminino e de o homem não poder, muitas vezes, representar o papel que lhe estava socialmente reservado pode também constituir um elemento a ter em conta na compreensão da violência conjugal. A presença cada vez maior da mulher no mercado de emprego, tendo-lhe permitido uma maior autonomia financeira, possibilitou-lhe num certo sentido uma menor dependência e submissão em relação à autoridade e poder masculinos. Assim, as desigualdades entre homem/mulher têm vindo a esbater-se, pelo menos, como refere Benedita, «em termos de ideais», o que leva, por vezes, o homem a sentir algum receio de perder o poder que antigamente, de forma implícita, lhe estava atribuído e, por essa razão, acabar por agir violentamente.

¹⁴ Importa, a este respeito, salientar que vários estudiosos consideram que, à semelhança do que as representações das entrevistadas parecem curiosamente indicar, as causas da violência podem ser múltiplas e interdependentes: «Certains relèvent de déterminismes biologiques qui prédisposent à l'agressivité (facteurs génétiques, hormonaux, excitations chimiques ou physiques...); il en est d'ordre psychologique (plus ou moins liées à la sexualité, à la frustration du désir, à l'affectivité, au stress...); d'autres encore sont évidemment d'ordre social (marginalisation ou désinsertion, contraintes professionnelles, économiques, politiques, influences culturelles, religieuses, racismes, etc.)» (Ribes, 1996, pp. 82-83).

Neste contexto, e fazendo ainda uso das expressões das entrevistadas, importa acrescentar que uma nova definição dos relacionamentos conjugais parece estar a moldar-se, ao mesmo tempo que cresce o desejo de uma maior autonomia por parte da mulher. A violência do homem, uma vez confrontado com a recusa da mulher em aceitar posições subalternas, é entendida, assim, como uma forma de afirmação da sua suposta superioridade.

O facto de os papéis sociais e respectivos padrões de conduta, mais tradicionais, começarem a ser questionados e a sofrer algumas modificações cria, inevitavelmente, também alterações no casal em termos de saber quem detém a autoridade, o domínio e o poder. Como dizia Carlota, «a violência é praticada por uma questão de poder; em qualquer relação há uma relação de poder, não é? E, portanto, as pessoas podem querer exercer o seu poder, tanto da parte do homem como da parte da mulher. As pessoas viviam sozinhas antes, estavam habituadas a uma certa autonomia e a um certo poder e podem não querer abdicar desse poder quando se juntam a outro, não é? Por outro lado, há outro aspecto... através da violência, acaba por se dominar a outra pessoa porque se causa nela uma grande instabilidade!».

Para resumir a ideia esboçada pelas entrevistadas da franja social privilegiada, gostaríamos de citar Le Doeuff quando afirma que «[...] le recours à la violence domestique relève de l'intention de faire perdre à la femme qui la subit le peu de confiance en soi qu'elle avait pu construire, donc de ruiner la base pratique de son respect de soi. Mais celui qui se laisse aller à de telles méthodes se pose ou comme incapable de contrôler ses impulsions quand la loi positive ne le lui interdit pas très précisément, ou comme enclin à tous les abus de pouvoir, dès lors que la loi ne les réprime pas précisément» (1993, p. 55).

«CÃES QUE LOBOS MATAM, LOBOS OS MATAM¹⁵.» VIOLENTAS, AS MULHERES?

Não esquecendo que o objectivo central do trabalho é construir, através do discurso das entrevistadas, um *puzzle* o mais completo possível das diferentes ideias ou dimensões que sustentam as suas representações de violência conjugal, parece-nos imprescindível referir que uma das dimensões dessa violência, naturalmente inabordada pelas mulheres mais carenciadas e espontaneamente mencionada por aquelas que pertencem a meios sociais mais favorecidos, é a violência feminina.

«Porque o homem tem mais força», «porque é, naturalmente, mais agressivo», «porque é mais directo e expansivo» ou, simplesmente, «porque eles não se conseguem controlar», são frases recorrentes de Graça, Arminda, Alice e Cecília (com a 4.^a classe e profissões como cabeleireira, empregada doméstica, telefonista e operária fabril) que não deixam dúvidas sobre quem é julgado como

¹⁵ Provérbio medieval português (Mattoso, 1987, p. 31).

o agente da violência conjugal. Mas, no seu entender, a mulher também pode ser violenta, ou, por outra, a mulher pode tornar-se violenta essencialmente quando ela própria foi já sujeita a maus tratos por parte do marido.

Sendo para estas mulheres a violência conjugal algo que se vai perpetuando, acumulando e agravando com o tempo, percebe-se, como Arminda deixa transparecer, depois de questionada directamente sobre se a mulher não pode ser igualmente violenta, que «a violência ao fim de muitos anos... a mulher satura-se! Acaba também ela por agredir o marido e depois acaba por ser um processo rotativo!» A esta violência retaliatória poderíamos igualmente chamar violência defensiva, que, nalguns casos, funciona como uma forma de resistência: a mulher procura «sobreviver» e, por isso, também ela luta e agride. É, aliás, neste contexto que Elza Pais, no seu trabalho sobre as rupturas violentas da conjugalidade, salienta que muitas das mulheres que cometem homicídio em relação aos maridos fazem-no por terem sido, anos a fio, «infernizadas» por eles, «o que contextualiza a sua acção como reacção a um determinado acto» (1996, pp. 95 e 147).

Julgamos importante referir que, mesmo tratando-se de agressões físicas por parte das mulheres contra os homens, diversos estudos parecem indicar que a extensão dos maus tratos ou dos danos infligidos sobre os homens é sempre menor do que aquela que se pode considerar em sentido inverso (Silva, 1995, p. 100). Como afirma Giddens: «violence by females is more restrained and episodic than that of men, and much less likely to cause enduring physical harm. 'Wife-battering' — the regular physical brutalizing of wives by husbands — has no real equivalent the other way around» (1989, p. 408).

Estas entrevistadas notam como a violência é praticada pelas mulheres normalmente em situações extremas, situações de autodefesa, e nunca como forma de ataque puro provocatório e inicial. Tal noção, embora situando-se ao nível das representações sociais, parece contrariar uma ideia adiantada há uns anos por S. Steinmetz em dois artigos¹⁶ onde a autora defendia que a mulher podia ser tão agressiva quanto o marido e que poderia mesmo falar-se na «síndrome do homem espancado». A este propósito, como referem Kingston e Penhale: «There can be no doubt that some men are treated violently by female partners and that the problem is under-reported, but the evidence is insufficient to substantiate claims that female-instigated violence is as extensive as violence by men upon women» (1995, p. 109).

No que concerne às entrevistadas do meio social privilegiado, não só sublinham, de moto próprio, que tanto o homem como a mulher podem

¹⁶ S. K. Steinmetz (1977) — «Wifebeating, husbandbeating — a comparison of the use of physical violence between spouses to resolve marital fights», in M. Roy (ed.), *Battered Women*, Nova Iorque, Van Nostrand, Reinhold, pp. 63-72, e S. K. Steinmetz (1978), «The battered husband syndrome», in *Victimology*, 2, n.ºs 3-4, pp. 499-509.

praticar actos de violência como, essencialmente, que o tipo de violência que estas exercem e o modo como o fazem são distintos dos dos indivíduos do género masculino. O depoimento de Sandra expressa bem a ideia: «É como se elas fossem mais subtis, como se possuíssem um maior dom para agredir verbal e psicologicamente o seu companheiro¹⁷.» Esta ideia de que as mulheres jogam com a violência, de que encontram modos mais subtis de exercerem violência contra o cônjuge, surge de forma amiúde no decorrer das conversas que mantivemos. É o «ser discreta e agredir sem parecer», no dizer de Ilda, o «pensar em esquemas diferentes ou utilizar outros artifícios que os homens não utilizam», como a advogada de 28 anos, Madalena, com um sorriso um tanto dissimulado, enuncia, sem, contudo, avançar muito mais; é, como afirma também Amélia, o «agredir com determinadas atitudes, mas de forma engenhosa», ou ainda, para citar Sandra, «impor a sua opinião também daquela forma que parece não ser violenta porque não é preciso berrar... uma mulher é perita nisso...».

Estas formas de violência, representadas como tipicamente femininas, consistem, como ilustram as próprias entrevistadas, na «utilização dos filhos como 'arma' contra o marido», ou seja, no entender de Madalena, como forma de exercer pressão psicológica sobre o homem, ameaçando «fugir com os filhos», ou, como também julga Filipa, «atirar os filhos contra o pai». Podem manifestar-se, de igual modo, pelo aparentemente insignificante facto de «ficar amuada», «não falar» ou mesmo, como exprime Natália, 30 anos, casada, com o 12.º ano, «utilizar um silêncio sepulcral!».

De uma forma mais esquemática, podemos ainda mencionar outras violências classificadas como modos de agir característicos do género feminino: a «chantagem emocional», que pode passar, entre outros aspectos, pela rejeição do cumprimento das tarefas domésticas, pela recusa em praticar relações sexuais, pela imposição de ideias específicas quanto ao modo como se deve educar e cuidar dos filhos, além do organizar, ordenar, dispor e, nesse sentido, distribuir e dominar o espaço doméstico, de acordo com gostos específicos e vontades muito próprias.

Embora não seja nossa pretensão confirmar ou contrariar as representações que as mulheres dos diferentes meios sociais vão tecendo no decorrer das entrevistas, gostaríamos, para terminar a discussão em torno desta dimensão da violência conjugal, de lembrar Daniel Goleman quando refere, no

¹⁷ Daniel Goleman, sumariando pesquisas feitas na área das diferenças de emoções entre sexos, sugere que «as raparigas, por desenvolverem o uso da linguagem mais depressa do que os rapazes, expressam mais facilmente os seus sentimentos e são mais hábeis do que eles a utilizar a palavra como substituto de certas reacções emocionais, como a luta física; em contraste, os rapazes, nos quais a verbalização de afectos é menos encorajada, podem acabar por tornar-se largamente inconscientes dos estados emocionais, tanto neles próprios como nos outros» (1996, p. 153).

seu livro sobre a inteligência emocional, que «as raparigas são mais hábeis do que os rapazes na prática de técnicas agressivas mais artificiosas, como o ostracismo, os mexericos e as vinganças indirectas. Os rapazes continuam a procurar o confronto directo, alheios a outras estratégias mais subtis». Como o autor deixa implícito, tratar-se-á de uma questão com origem/explicação, essencialmente, de ordem social, uma vez que «as raízes destas diferenças emocionais, embora possam em parte ser biológicas, remontam igualmente à infância e aos mundos emocionais separados em que os rapazes e as raparigas vivem enquanto crescem» (1996, pp. 149 e 153).

CONCLUSÕES — UM *PUZZLE* FINAL

A hipótese geral que norteou este trabalho de investigação, do qual procurámos sintetizar aqui os aspectos mais relevantes, foi a de que a forma como se representa a violência estará, por certo, condicionada pelo meio social a que se pertence. Julgamos tê-lo ilustrado e cremos ser, assim, possível distinguir de forma suficientemente clara os diferentes modos de conceber e representar a violência no casal.

Antes de nos debruçarmos em termos conclusivos sobre o teor dessas representações, gostaríamos de lembrar que se tratou de um trabalho qualitativo e exploratório onde foi entrevistado um número relativamente reduzido de mulheres. Neste contexto, os nossos resultados não podem ser de modo algum considerados representativos da população portuguesa feminina residente em meios urbanos, mas podem indiciar alguns aspectos relativos à representação da violência conjugal e, nesse sentido, fornecer pistas para a realização de futuros trabalhos nesta área.

As entrevistadas da franja social desfavorecida apresentam-nos uma primeira definição de violência conjugal através do relato de cenas de vivências pessoais — narrações extensas e pormenorizadas de quotidianos marcados pelo peso das agressões conjugais a que confessadamente algumas se encontram sujeitas. São mulheres que de forma franca, espontânea e emotiva se disponibilizam para conversar sobre o tema proposto. A proximidade que demonstram em relação ao problema da violência conjugal, contrariamente ao que poderíamos supor, em nada as inibe ou condiciona a falar sobre o assunto.

Em relação às mulheres pertencentes a um meio social considerado privilegiado, de um modo geral, a sua postura é bem mais contida e reservada, talvez porque «as classes burguesas seguem mais de perto os modelos nobres de controle das emoções a que na época moderna se associa o ideal da razão padronizadora dos comportamentos e atitudes num modelo cultural único e servido pela cientificidade da psicologia. A impessoalidade das relações no domínio público privilegia a aparência normalizadora que exclui a exterior-

rização da emotividade remetida para a vivência do privado» (Silva, 1995, p. 111). A representação social de violência conjugal que as mulheres deste meio social veiculam no decorrer da conversa é sempre em jeito de um discurso sobre..., nunca com envolvimento emocional nem ilustrando, partindo de exemplos concretos e pessoais, o que é, ou em que é que pode consistir, a violência conjugal. Estas entrevistadas procuram, de forma visível, proteger a sua privacidade, acentuando e demarcando uma distância em relação ao problema da violência conjugal. Neste sentido, poderíamos classificar os seus discursos como racionais e analíticos.

O aspecto que acabamos de sublinhar não deixa de estar relacionado com a suposta utilização de diferentes códigos de linguagem por parte das entrevistadas dos meios sociais distintos, ou, no dizer de Basil Bernstein, das diferentes «classes sociais». As entrevistadas da franja social desfavorecida fazem uso de um «código restrito» — aquele que se caracteriza pela utilização de um léxico normalmente limitado e que, embora torne o seu discurso mais fácil de interpretar, o conduz, simultaneamente, a uma «signification particulariste» (1975, p. 74). As mulheres pertencentes ao meio privilegiado empregam um «código elaborado», que facilita a transmissão verbal, ou seja, que lhes facilita a «elaboração verbal das intenções subjectivas», dando um significado mais universalista ao seu discurso (1975, pp. 72-74).

As entrevistadas do grupo social mais desfavorecido julgam a violência conjugal como uma prática tipicamente masculina que passa maioritariamente pela agressão física, exercida de forma continuada e premeditada e com a intenção explícita de ferir a mulher. Crêem que o seu uso tende a aumentar tanto de intensidade como de frequência, provocando situações de grande angústia e tensão. O facto de, essencialmente após as primeiras manifestações de violência do marido, acreditarem que ela não volta a repetir-se, criando a ilusão de que a relação marital se restabelecerá (sobretudo quando as desculpas usadas pelo agressor invocam o amor como prova do teor acidental da cena ou quando se multiplicam os pedidos de perdão), origina aquilo que podemos designar por ciclos de violência conjugal.

Para este conjunto de mulheres, a verdadeira causa da violência conjugal reside na própria natureza do género masculino, considerado dominador, agressivo e forte, logo, como que inevitavelmente, violento. Por esta razão, as entrevistadas de uma franja social mais carenciada encaram a violência conjugal como uma espécie de destino incontornável, um «modo de vida» — uma fatalidade —, assumindo, assim, uma postura de resignação e passividade.

Nas entrevistas realizadas àquele grupo, as categorias homem/mulher surgem em nítida oposição, revelando uma visão dicotómica do mundo. Nos seus discursos empregam inúmeras vezes o plural «nós», reenviando-nos para a noção de um colectivo feminino. Como se os «seus» destinos enquanto mulheres — vítimas sofredoras (reação/defesa) — fossem diferentes do «deles» enquanto homens — os que dominam e triunfam (acção/agressão).

Por outro lado, as mulheres pertencentes a uma franja social privilegiada, embora reconheçam a dimensão física da violência, debruçam-se, maioritariamente, sobre questões relacionadas com a violência verbal, sexual, económica e, particularmente, sobre a violência psicológica. Apesar de, na maioria das vezes, não especificarem o sujeito perpetrador da violência conjugal, falando das «pessoas» em geral, da reciprocidade da violência «entre cônjuges», deixando subentender que a violência, nomeadamente a psicológica, poderá partir tanto do indivíduo masculino como do feminino¹⁸, acabam ao longo dos seus discursos por dar a entender que o homem pode particularmente agredir a mulher quando, por exemplo, por uma questão de ciúme ou de desconfiança, procura saber com quem esta foi almoçar, ou ainda quando não valoriza o seu trabalho profissional, desmotivando-a e tentando de alguma forma inferiorizá-la.

Importa assinalar que, por oposição àquilo que parece suceder no outro meio social estudado, as mulheres da franja social privilegiada representam a violência conjugal como um acontecimento, sem dúvida, negativo, mas que ocorre, segundo as suas percepções, de forma imprevista e acidental e que está relacionado, não tanto com a natureza dos géneros, mas antes com os «constrangimentos e as tensões da vida moderna», a «busca incessante da perfeição», que gera uma enorme competição e *stress*. Ou seja, concebem a violência conjugal como um acontecimento esporádico que surge de forma casual sem que haja uma intenção explícita e uma premeditação por parte do cônjuge em magoar o outro. Natália sublinha que «todos nós temos os nossos momentos de violência! Há alturas em que a pessoa se excede! São acontecimentos momentâneos, mas depois as pessoas caem nelas e não fazem deles uma prática!» Zélia diz também, a este propósito, que «o facto de a pessoa ser às vezes mais agressiva pode acontecer inconscientemente [...] não é algo pensado, premeditado, aí já é uma situação muito superior... já há um pensamento, o interesse em agredir e magoar o outro».

Do conjunto das entrevistas analisadas ressalta a ideia de que as mulheres de ambos os meios sociais atribuem à violência conjugal diferentes graus ou patamares — como se existisse uma escala em que se pudessem situar actos, gestos ou atitudes em pontos considerados mais ou menos graves, mais ou menos aceitáveis, toleráveis ou não. Quer isto significar que entre aquilo que consideram ser violento existe o menos mau e o pior. Interessante é verificar como os limites que definem as fronteiras que designam a partir donde se começa a rotular/percepcionar um determinado modo de proceder como (mais ou menos) violento variam de acordo com o meio social a que as entrevistadas pertencem.

¹⁸ Como comenta Paula, licenciada em Engenharia Química, «não é só o homem a praticar a violência conjugal, são os dois. Falei no homem porque como me está a entrevistar a mim... mas acho que é igual! Parto do princípio que o homem e a mulher podem ser potencialmente agressivos».

Apercebemo-nos de que, à medida que a escolaridade é mais baixa e a profissão menos qualificada, aumenta a tolerância em relação à violência, verificando-se o inverso quando os capitais escolares, económicos e culturais são mais elevados. Se imaginarmos uma escala onde num ponto A se situa a violência verbal, num ponto B a violência psicológica e num ponto C a violência física, o limite que define o que é, ou não, considerado violência, para as mulheres desfavorecidas, encontra-se numa posição mais próxima do ponto C.

A «violência quotidiana» — as «birras», os insultos, as humilhações (violência verbal e psicológica) —, embora não deixe de ser percebida como tal pelas entrevistadas mais desfavorecidas, não é, contudo, considerada tão grave como ser agredida fisicamente. A partir do momento em que o homem «toca» na mulher (o bater é o que estabelece a fronteira entre o que é ou não tido como violência), a partir do momento em que, como revela em jeito de confissão Sónia, 4.^a classe, 28 anos, três filhos, «o marido espanca a mulher ao ponto de esta ir parar ao hospital», aí sim, como acrescenta, pode falar-se em «violência mesmo!».

Em relação às mulheres do meio social privilegiado, nesta escala imaginária do que pode ser considerado um acto de violência conjugal, aquilo que é percebido como violento situa-se mais próximo de um ponto A. Embora estas mulheres tolerem a violência verbal (ela parece ser tacitamente permitida desde que o agressor respeite, necessariamente, determinadas fronteiras — como seja a agressão psicológica e física), consideram-na já uma forma de violência conjugal grave. Muito mais grave, considerada mesmo uma forma de violência conjugal severa, surge, nos seus discursos, a violência psicológica — atitudes que passam pelas «chantagens emocionais», pela «falta de diálogo», «desrespeito pela privacidade», «imposição de certas ideias ou vontades» e «domínio da vida do outro». Apontada como totalmente inadmissível, intolerável e ultrapassando os limites da razoabilidade, a dimensão da violência física, por estas mesmas razões, não merece qualquer tipo de atenção ou de destaque nas conversas que mantivemos com as mulheres desta franja social.

Compreende-se, assim, que as mulheres do meio social desfavorecido asocem, maioritariamente, a noção de violência conjugal à dimensão da violência física, sendo esta a forma de violência conjugal que surge sobrerrepresentada nas suas entrevistas, ao passo que as entrevistadas do outro meio social se debruçam com maior pormenor sobre as questões que se relacionam com aspectos da violência verbal e psicológica.

Interessante também é verificar que o modo como as entrevistadas concebem o relacionamento conjugal está por certo relacionado com a percepção que têm da violência conjugal. Não querendo fundamentar visões reducionistas acerca deste tipo de questões, gostaríamos, contudo, de salientar que, no caso das mulheres do meio social desfavorecido, parece haver uma aceitação pací-

fica do relacionamento conjugal segundo os moldes mais tradicionais: o «casamento-instituição» (Roussel, 1980, pp. 1025-1040; Kellerhals e Troutot, 1982, pp. 195-222), que se caracteriza por uma hierarquia rígida que mantém a ordem das coisas concebida como natural, onde se assiste a uma assimetria de papéis e de funções e a uma interdependência sócio-económica dos cônjuges, onde o valor máximo é atribuído ao «nós-família». Percebe-se, portanto, por que não é considerado uma violência a mulher ceder a favor do marido, mesmo quando a razão parece estar do seu lado, ou ser a mulher, quotidianamente, a preparar as refeições, escutando em seguida comentários desagradáveis. Este papel submisso, o papel expressivo aparentemente interiorizado, contribui para que de forma legitimada o homem continue a representar o seu papel de dominador — aquele a quem assiste o direito de agredir, já que é ele quem assume, em termos de modelo, o papel instrumental de sustentar a casa.

Em relação às entrevistadas da franja social privilegiada, a concepção relativamente à conjugalidade parece pender tanto para o modelo de «casamento-companheirismo», em que a relação afectiva e a partilha integral das actividades domésticas são valores máximos, atribuindo-se a maior importância ao «nós-casal», como para o modelo de «casamento-associação», um «*mariage de raison*», que contesta a ideia de um casal estável e fusional (Kellerhals e Troutot, 1982, pp. 195-222). Para muitas das mulheres deste grupo, a conjugalidade é encarada como uma fonte de realização pessoal em que se revela o primado da autonomia do «eu». A relação afectiva existe, mas em função dos indivíduos e para eles, permitindo-lhes a «revelação de si» (Singly, 1996, pp. 13-14), fazendo com que o valor prevalescente seja o «eu-indivíduo».

Assim, estes modelos de relacionamento idealizados pelas entrevistadas em que os cônjuges devem partilhar direitos mas, igualmente, deveres supostamente idênticos ajudam-nos a perceber por que é que, do seu ponto de vista, o facto de o marido não ajudar nas tarefas domésticas pode ser um acto, em si, considerado violento. Não só porque defrauda as suas expectativas, mas também porque, na medida em que as obriga a despender mais tempo com as lides domésticas, lhes dificulta a realização profissional e a subsequente valorização pessoal. Igualmente percebido como violento é o facto de o homem querer conhecer, por uma questão de controle e domínio, aspectos de pormenor dos seus quotidianos. Essa é uma atitude que choca com o valor de autonomia que algumas destas mulheres parecem ter já fortemente incorporado. Mostrando-se muito menos dispostas a representar papéis passivos e subalternos, reivindicam poder e autoridade no seio da relação conjugal.

Estamos em crer que deste trabalho pode resultar uma clarificação em relação ao modo como os actores sociais femininos percebem actualmente a violência nas relações conjugais. Contudo, uma série de questões fica por responder e deverá, certamente, no futuro, servir de base a novas inves-

tigações. Sem pretender diminuir a importância do problema da violência contra as mulheres, felizmente cada vez mais reconhecido e investigado, julgamos importante sublinhar que a noção de violência conjugal ficaria mais enriquecida se se pudessem aprofundar questões como a da autonomia e do poder no seio do casal e também levantar um pouco o véu em relação ao universo das representações masculinas sobre a violência praticada pelo género oposto. Da comparação entre representações masculinas e representações femininas pode resultar uma visão mais completa sobre a natureza, a dinâmica, as formas e as consequências da violência conjugal.

BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLO, L., et al. (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ALMEIDA, A. N. de, et al. (1995), *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal*, relatório final, 1.ª fase, Lisboa (policopiado).
- ALMEIDA, A. N. de, e WALL, K. (1995), «A família», in Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato (coords.), *Portugal Hoje*, Lisboa, ed. INA (Instituto Nacional de Administração), pp. 33-53.
- ALMEIDA, J. F. de (1990), *Portugal — Os Próximos 20 Anos: Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. de (coord.) (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino — A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- BARDIN, L. (1995), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BERNSTEIN, B. (1975), *Langage et classe sociales: codes socio-linguistiques et contrôle social*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BLOOM, A. (1987), *L'Âme désarmée. Essai sur le déclin de la culture générale*, Paris, Julliard.
- CHESNAIS, J.-C. (1981), *Histoire de la violence*, Paris, Robert Laffont.
- CHESNAIS, J.-C. (1992), «Histoire de la violence: l'homicide et le suicide à travers les âges», in *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 132 (Maio), pp. 217-235.
- COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA (1982), «Violência na família: alguns números para pensar!!!», in *Boletim*, n.º 4, pp. 43-47.
- DIRECÇÃO-GERAL DA FAMÍLIA (1993), *Relatório, da Situação Actual da Família Portuguesa, 1994 — Ano Internacional da Família*, Comissão para o Ano Internacional da Família.
- FATELA, J. (1989), *O Sangue e a Rua — Elementos para Uma Antropologia da Violência em Portugal (1926-1946)*, col. «Portugal de Perto», n.º 18, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- GELLES, R. J., e CORNELL, C. P. (1990), *Intimate Violence in Families*, Londres, Sage Publications.
- GELLES, R. J. (1995), *Contemporary Families — A Sociological View*, Londres, Sage Publications.
- GIDDENS, A. (1989), *Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- GOLEMAN, D. (1996), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- INFANTE, Fernanda (1989), «Alguns dados sobre o quotidiano das famílias portuguesas — resultados de um inquérito», in *Seminário: Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*, Lisboa, Direcção-Geral da Família, Ministério do Emprego e da Segurança Social, pp. 41-64.
- JODELET, Denise (1984), «Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie», in Serge Moscovici (dir.), *Psychologie sociale*, Paris, PUF, pp. 357-378.
- KAUFMANN, J.-C. (1996), *L'Entretien compréhensif*, Paris, Éditions Nathan.

- KELLERHALS, J., e TROUTOT, P.-Y. (1982), «Divorce et modèles matrimoniaux. Quelques figures pour une analyse des règles de l'échange», in *Revue française de sociologie*, XXIII, pp. 195-222.
- KINGSTON, P., e PENHALE, B. (eds.) (1995), *Family Violence and the Caring Professions*, Londres, Macmillan Press.
- LE DOEUFF, M. (1993), «La question de zazie», in Catherine Audard (dir.), *Le respect. De l'estime à la déférence: une question de limite*, Paris, Éditions Autrement, série «Morales», n.º 10, Fevereiro, pp. 46-63.
- LOURENÇO, N., et al. (1997), «Violência contra as mulheres», in *Cadernos Condição Feminina* n.º 48, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MATTOSO, J. (1987), *O Essencial Sobre os Provérbios Medievais Portugueses*, Lisboa, INCM.
- MORGAN, D. H. J. (1996), *Family Connections — An Introduction to Family Studies*, Cambridge, Polity Press.
- MOSCOVICI, S. (1988), «Notes towards a description of social representations», in *Journal of Social Psychology*, vol. 18, pp. 211-250.
- PAIS, E. (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade — Os Contextos do Homicídio Conjugal em Portugal*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RIBES, Bruno (1996), «Les signes d'une crise», in *Le groupe familial*, n.º 151, *Violences et familles, quels affrontements?* (Abril-Junho), pp. 82-89.
- ROUSSEL, Louis (1980), «Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», in *Population*, 6, pp. 1025-1040.
- A. RUBEN (1990) *Silêncio para 4*, Lisboa, Assfrio & Alvim, 2.ª ed.
- SILVA, Luísa Maria Porto Ferreira da (1989), *L'Agression physique envers l'épouse — Étude de sociopathologie familiale réalisée dans la société portugaise*, tese de doutoramento, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SILVA, Luísa Maria Ferreira da (1995), *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*, Celorico de Basto, À Bolina, Editores Livreiros.
- SINGLY, François (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.
- STEINMETZ, Suzanne K. (1977), «Wifebeating, husbandbeating — a comparison of the use of physical violence between spouses to resolve marital fights», in M. Roy (ed.), *Battered Women*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold, pp. 63-72.
- STEINMETZ, S. K. (1978), «The battered husband syndrome», in *Victimology*, 2, n.ºs 3-4, pp. 499-509.
- VALA, J. (1981), «Grupos sociais e representação social da violência», in *Psicologia*, II, 4, pp. 329-342.
- VALA, J., e MONTEIRO, M. B. (coords.) (1993), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- WELZER-LANG, D. (1992), *Arrête! Tu me fais mal! La violence domestique, 60 questions, 59 réponses...*, Quebeque, vld éditeur.
- WELZER-LANG, D. (1996), *Les hommes violents*, Paris, INDIGO & Côté-Femmes Éditions.